SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/12/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Incompetência da Oi

"O melhor negócio do mundo é uma empresa de telecomunicações bem administrada. E o segundo melhor negócio do mundo é uma empresa de telecomunicações mal administrada".

A frase, dita pelo advogado Gaspar Vianna ainda na década de 1990, é uma adaptação da frase de um dos mais bem sucedidos empresários do mundo capitalista, John David Rockefeller. Quando se trata da Oi, contudo, até o impossível acontece.

Herdeira do grupo que, em 1998, durante o processo de privatização do Sistema Telebrás, foi montado para NÃO ganhar a concessão, a Oi (então Telemar) acabou levando 16 estados da Federação com apenas 1% de ágio sobre o valor proposto para a venda das empresas de telecomunicações que compunham essa área. Os recursos vieram, em boa parte, dos cofres públicos.

Em 2008, quando assumiu o controle da Brasil Telecom, a empresa se comprometeu a investir em pesquisa e na compra de equipamentos nacionais. Nada disso ocorreu. Ciência e tecnologia brasileiras nem de longe estiveram entre as suas prioridades.

Em 2010, quando estabeleceu sua parceria com a Portugal Telecom, prometeu mais uma vez investir em tecnologia, utilizando a expertise da empresa portuguesa para implementar fibra ótica na última milha. E ainda anunciou que a inclusão no cenário internacional, aportando nos países africanos, seria um dos seus desafios. De novo, nada aconteceu. Foi um fracasso total.

A verdade é que enquanto o Grupo Claro e o Grupo Telefonica dividiam entre si a América Latina, a Oi simplesmente ignorou esses movimentos e deu no que deu: prejuízo. Até novembro de 2015 a empresa acumulava um prejuízo de R$ 797 milhões. Ocorre que a receita líquida total da Oi em 2013 e 2014 foi de cerca de R$ 29 bilhões. Como uma empresa que consegue produzir receitas nesses montantes acumula um prejuízo desse porte?

Uma das respostas está no nível de investimento da Oi. No acumulado de 2015 ela investiu R$ 2,9 bilhões, ou seja, uma diminuição de 25,9% em relação a 2014.

Outro aspecto é o alto grau de terceirização – a rede externa e o atendimento são ilegalmente terceirizados.

A Oi é uma das campeãs em reclamações dos usuários e quer transferir a conta dos prejuízos acumulados para as costas dos trabalhadores. Mas quem produziu as receitas bilionárias da Oi foram os trabalhadores, enquanto as trapalhadas e erros estratégicos e de investimentos são resultantes das várias administrações que mudam a cada momento.

30/11/2015 - Instituto Telecom

Minicom, Anatel e teles têm visões divergentes sobre exigência de qualidade

Um debate "em etapas" sobre os indicadores de qualidade cobrados pela Anatel das empresas de telecomunicações permeou o Seminário ABDTIC, realizado nesta segunda, dia 30. Em etpas porque a provocação feita pelo governo acabou sendo respondida em um outro painel, que tinha outro objetivo. No debate sobre a revisão do modelo de concessões, uma pergunta da plateia levantou sobre a forma como o governo trataria, na questão da revisão do modelo, as obrigações de qualidade. O conselheiro da Anatel Igor de Freitas disse que essa discussão sobre os indicadores seguidos pela agência está prevista na discussão do planejamento regulatório da agência para 2016 e que devem ser feitos ajustes para buscar mecanismos mais eficientes, como índices comparativos e rankings, por exemplo. Mais cedo, o presidente da agência, João Rezende, havia dito que por mais que a tendência da Anatel seja no sentido de desonerar os serviços de obrigações regulatórias, até como forma de torná-los mais competitivos com os serviços OTT, uma coisa que a agência não abrirá mão é de exigir qualidade das empresas.

Mas a polêmica ficou por conta do secretário de telecomunicações, Maximiliano Martinhão. Ele lembrou que a Anatel publicou os resultados da aferição na qualidade da banda larga há duas semanas e que "eles não foram atendidos em nenhum lugar do Brasil". Segundo Martinhão, é preciso então "não basta assumir que com a competição a questão está resolvida" porque mesmo havendo competição as empresas não estão entregando os indicadores cobrados. "Caímos todos os anos no índice de velocidade da banda larga. Até quando?", provocou o secretário.

A resposta de um representante do setor de telecomunicações foi dada pelo diretor regulatório da América Móvil, Gilberto Sotto Mayor, que participava de outra mesa. "As metas de qualidade na banda larga não são cumpridas porque são inexequíveis", disse o executivo. Ele lembrou que em uma discussão com a Comcast, recentemente, a Net, operadora do grupo, explicava que no Brasil a Anatel exige um índice de perda de pacotes que precisa ser cumprido, e os executivos da operadora norte-americana consideraram essa abordagem inadequada, pois a perda de pacotes é um recurso necessário à manutenção da estabilidade de uma rede de banda larga em casos de congestionamento. "Para nós, operadores, há tantas metas e comandos que isso deixou de ser uma solução para os problemas e se tornou a causa dos problemas", disse o executivo do grupo mexicano. "Tenho certeza de que se a Anatel deixasse as empresas atenderem o consumidor por um ano sem interferir no que vai ser dito na URA, na forma como as pessoas vão navegar na central de relacionamento, nós teríamos mais ganhos de qualidade do que temos com o modelo atual".

30/11/2015 - Instituto Telecom

UIT aponta que serviço de telecom no Brasil ainda é caro

No total geral, considerando os gastos dos serviços de telecomunicações com o PIB per capta, o Brasil fica na 68ª posição, com 1,8%, resultado abaixo do índice de 5% que a entidade estipulou como o valor máximo aceitável de gastos em telecomunicações. Isso significa, assinala o relatório da UIT, que os preços dos serviços de telecomunicações estão condizentes com a renda per capta da população, mas podem cair mais, assinala, até porque é na região das Américas alguns serviços, como a voz no celular e a banda larga fixa, têm o preço médio mais alto do que nas demais regiões do globo.

A telefonia celular

falando ao celularConforme a UIT, o brasileiro gastava em média por mês US$ 22,05 para falar no celular ou US$ 28,95 se for considerada a paridade do valor do preço de compra (PPP). Entre os habitantes do continente americano, o brasileiro paga mais para falar no celular do que os que moram nos Estados Unidos, Canadá, Costa Rica, México e Uruguai.

Na cesta de serviços, a UIT considera o custo mensal de um celular pré-pago de baixo uso, incluindo a voz e serviços de mensagem (SMS).

Na telefonia fixa, o brasileiro, embora gaste um pouco menos por mês do que no celular para falar, acaba pagando preços mais altos do que 97 países a sua frente. Em relação à renda per capta nacional, o gasto com telefonia fixa representa 1,9%, mas ela sai por US$ 18,50 ou US$ 24,28 comparada a PPP. O país mais barato é o Kuwait, com US$ 11,25 por mês.

Já na oferta de pacotes de dados no celular de até 500 MB o brasileiro paga em média US$ 11 por mês ou US$ 14,34 se for pela PPP, o que coloca o Brasil da 54ª posição de preço. O país mais barato é a Noruega, que cobra US$ 7,78 por seu pacote de 500 MB por mês.

Melhor posição

O Brasil é o melhor colocado no index da UIT (União Internacional de Telecomunicações) no serviço de banda larga fixa, onde ocupa o 45º lugar. Para uma oferta ilimitada de 1GB por mês o brasileiro paga em média US$ 16,61 (PPP) ou US$ 12,66, o que representa apenas 1,3% da renda per capta da população. Kuwait, Maco e Estados Unidos são os três países mais baratos nesse quesito.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/11/2015 - Instituto Telecom

Anatel tem poderes limitados sobre OTTs, diz presidente da agência

O presidente da Anatel, João Rezende, apresentou nesta segunda, dia 30, durante o Seminário Internacional da ABDTIC (Associação Brasileira de Direito das Tecnologias da Informação e das Comunicações), os elementos que devem balizar o debate na agência com relação aos serviços over-the-top. Segundo Rezende, a agência não deve entrar em questões tributárias, nem de conteúdos e nem em questões referentes a direitos autorais: "Essas são três áreas sobre as quais a Anatel não tem competência legal para atuar". Para Rezende, a discussão da agência também não deve passar pela questão de tarifas, pois a lei só prevê o controle de preços nos serviços públicos. "Hoje, 90% do debate sobre a competição dos serviços OTT tem que ser resolvido pelo mercado. Mas há 10% onde a Anatel pode atuar", disse ele. Esses 10%, segundo o presidente da agência, é no que diz respeito a questões de conflitos na interconexão de dados, ou interconexão Classe V. Segundo Rezende, esse debate virá no Regulamento de Interconexão. "Existe uma nova fronteira competitiva, e isso é fato. Como fica a fronteira regulatória? A gente tem competência para regular a interface. Como corrigir assimetrias considerando as fronteiras da Anatel? Porque não nos cabe regular questões tributárias, de direitos autorais, e de conteúdo", disse ele.

"Essa discussão sobre a regulaçào da economia digital é complexa e o fato de os EUA estarem evitando levar esse debate para o âmbito da UIT, por exemplo, é uma amostra das dificuldades que teremos", disse o presidente da Anatel. "Não esperem uma cautelar sobre o WhatApp porque a Anatel não tem como fazer isso". Além disso não se pode esquecer que qualquer medida pode ter impacto sobre a economia da inovação, acrescentou. Ele reconheceu, contudo, que se de um lado o desenvolvimento dos aplicativos e da economia digital cria novos usos e demandas pela rede, também faz com que o cidadão se torne mais criterioso e exigente em relação à qualidade da infraestrutura regulada de telecomunicações. "É um desafio para o regulador e para as próprias empresas, que precisam investir mais".

Um aspecto que a Anatel deve ficar atenta, contudo, é em relação à possibilidade de concentração de aplicativos e infraestrutura nas mãos das mesmas empresas. "Vemos algumas empresas OTT interessadas em redes próprias de acesso. Isso é uma questão que precisa ser observada", referindo-se ao Google Fiber e ao projeto de acesso por drones do Facebook.

Para Rezende, parte desse debate precisa entrar na nova discussão da Lei Geral de Telecomunicações. "Vamos acabar com o Serviço de Valor Adicionado? Ou transformar tudo em Serviço de Valor Adicionado? Esse é um debate que cabe ao Congresso fazer", disse ele. Para Rezende, o limite da Anatel ao trazer para si essa discussão é o próprio serviço público. No limite, diz ele, a Internet poderia passar a ser considerada um serviço público, mas isso traz implicações de universalização e tarifação. "Não sei se isso é o mais adequado", diz ele.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/11/2015 - Rede Brasil Atual

Promotoria suíça desiste de investigar contas suspeitas em troca de multa

Escândalo de sonegação e lavagem de dinheiro é concluído com o pagamento de multa de US$ 43 milhões e condena delator à prisão

A Promotoria suíça desistiu de investigar as contas clandestinas do banco inglês HSBC naquele país, suspeitas de acolher recursos ilícitos, oriundos de sonegação fiscal, tráfico de armas e contrabando de pedras preciosas. Para encerrar as investigações do escândalo relativas a fraude fiscal e lavagem de dinheiro de cifras bilionárias, que ficou conhecido como Swissleaks, as autoridades suíças aceitaram o pagamento de multa de US$ 43 milhões, como conta o correspondente internacional da RBA, Flávio Aguiar, direto de Berlim.

O caso envolve cerca de 100 mil contas de pessoas físicas de todo o mundo, sendo 8 mil brasileiros, e de outras 20 mil a 30 mil empresas, que movimentaram cerca de US$ 5 bilhões, em caso revelado pelo ex-funcionário do HSBC em Genebra Hervé Falciani. Cerca de US$ 180 milhões já foram identificados como de origem ilegal.

"Cômico se não fosse trágico", diz Flávio Aguiar, acrescentando que o governo suíço vem se negando a cooperar com demais governos, como no caso da Índia que procurou obter informações sobre seus cidadãos envolvidos no caso.

A justiça suíça condenou ainda Falciani a cinco anos de prisão, por conta do vazamento dos dados sigilosos dos correntistas, em decisão que Aguiar classifica como "ridícula". Falciani está na França e não pode ser extraditado porque tem cidadania francesa. "O denunciante vai para a cadeia e os corruptos ficam de mãos livres para manipular o seu dinheiro", resume o correspondente.

Flávio Aguiar aponta ainda um contrassenso. Ele lembra que, de acordo com a ONG Transparência Internacional, a Suíça ocupa o quinto lugar entre os países menos corruptos do mundo. "Assim é fácil, basta não investigar e condenar quem denuncia", comenta.

O correspondente ainda aborda temas como a conferência sobre mudanças climáticas, que ocorre em Paris, a COP 21, com o possível encontro entre os presidentes Vladimir Putin, da Rússia, e Recep Erdogan, da Turquia, após a derrubada de um avião militar russo por forças turcas, na fronteira com a Turquia.

Turquia e União Europeia estariam próximo de acordo para conter fluxo de refugiados que partem do Oriente Médio em direção à Europa. Por outro lado, Israel e União europeia se distanciam, após decisão que obriga a identificação de produtos oriundos dos territórios palestinos ocupados. Novo ataque do grupo terrorista Boko Haram, na Nigéria, tiroteio nos Estados Unidos e a predisposição do presidente Obama em restringir o acesso a armas de fogo, bem a viagem do Papa Francisco pela África, também são temas do comentário de Flávio Aguiar para a Rádio Brasil Atual.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/11/2015 - CUT

Funcionários tucanos ensaiam manifestações "espontâneas" contra ocupação de escolas

Ao contrário do que vêm dizendo os jornalões, é tudo armação do governo Alckmin

Página no Facebook chamada "Devolve Minha Escola" é administrada por Roney Glauber, militante que trabalha para o PSDB, além de outros filiados. Ao contrário do que jornais publicaram nesta semana, a mobilização não partiria de alunos e parentes. Procurados pelo Democratize, administradores da página não responderam as perguntas feitas pela agência.

Durante esta semana, veículos de comunicação começaram a noticiar uma possível mobilização para desocupar algumas das 200 escolas que foram ocupadas por alunos contra o projeto de reorganização do ensino no estado de São Paulo.

Segundo as matérias, tratava-se de uma ação feita por pais de alunos e pelos próprios estudantes, que teriam entendido que "trata-se de um projeto positivo" e que "as ocupações apenas atrapalhariam as aulas no fim de ano".

Ao mesmo tempo, o governo tucano já articulava uma série de ações para desmobilizar a o movimento secundarista. Em nota oficial, a Secretaria da Educação afirmou que desde o começo da mobilização mais de 30 escolas já haviam sido desocupadas pelos próprios alunos. O jornal Folha de S. Paulo apurou as escolas citadas pelo governo, e constou que boa parte nem havia sido ocupada. Ou seja, tratava-se de uma maquiagem do governo estadual para esvaziar as demais ocupações ao redor do estado, que já passam de 200.

Na semana passada surgiu uma página no Facebook chamada Devolve Minha Escola. O objetivo da página é "ser contra as ocupações e contra a destruição de documentos da escola". Em momento algum a página não assume quem a administra nem quem articula as desocupações, afirmando ser uma ação apenas dos alunos, dos professores e dos pais dos estudantes.